

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB3A1-I

Ao final do período de revoluções e guerras que caracterizaram a virada do século XVIII para o XIX, os recém-emancipados países da América e os antigos Estados europeus se viram diante da necessidade de criar estruturas de governo, marcando a transição do Antigo Regime ao constitucionalismo e do colonialismo à independência. Os arquitetos da nova ordem se inspiraram em fontes antigas e modernas: de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) e Políbio (c.200 a.C. – c.118 a.C.) a John Locke (1632 – 1704) e Montesquieu (1689 – 1755). Um dos principais problemas com os quais lideranças e pensadores políticos se confrontaram estava materializado em uma passagem do poeta satírico romano Juvenal (c.55 – c.127), em que se lê: “*Quis custodiet ipsos custodes?*”, traduzida como “Quem vigia os vigias?” ou “Quem controla os controladores?”.

“Uma coisa é teorizar sobre a separação em três poderes, como lemos em Montesquieu. Outra coisa é colocar em prática”, observa a historiadora Monica Duarte Dantas, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. “Aí surgem os problemas, porque um poder pode tentar assumir as atribuições de outro. Não era possível antever todas as questões que iriam aparecer, até porque havia assuntos que diziam respeito a mais de um poder. Na prática, era preciso definir a quem competia o quê. Essas questões emergiram rapidamente nos séculos XVIII e XIX, quando se tentou colocar em prática a separação de poderes.”

Alguém que acompanhasse os trabalhos de elaboração de textos constitucionais no início do século XIX não necessariamente apostaria que, ao final desse período, estaria consolidado um modelo de organização do Estado em que o poder se desdobraria em três partes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, conforme apresentado pelo filósofo francês Montesquieu em **O espírito das leis** (1748). Havia projetos com quatro, cinco ou até mais poderes. Na França, o filósofo político franco-suíço Benjamin Constant (1767 – 1830) imaginou meia dezena: o Judiciário, o Executivo, dois poderes representativos, correspondentes ao Legislativo — o da opinião (Câmara Baixa) e o da tradição (Câmara Alta) —, e um poder “neutro”, exercido pelo monarca. O revolucionário venezuelano Simon Bolívar (1783 – 1830) chegou a formular a ideia, em 1819, de um “poder moral” que deveria cuidar, sobretudo, de educação.

As mesmas preocupações estavam na cabeça dos deputados na primeira Assembleia Constituinte do Brasil, em 1823. Até que, em novembro, o conflito de poderes se concretizou: tropas enviadas pelo imperador Dom Pedro I (1789 – 1834) dissolveram a assembleia. Em março do ano seguinte, quando o imperador outorgou a primeira Constituição brasileira, ela se afastava pouco do projeto elaborado em 1823, mas continha uma diferença crucial: os poderes eram quatro e incluíam um Moderador.

Entretanto, só em dois países esse quarto poder chegou a ser formalmente inscrito no texto constitucional, como uma instituição em separado. O Brasil, com o título 5.º da Constituição de 1824, e Portugal, em 1826, com a Carta Constitucional outorgada também por Dom Pedro — em Portugal, IV, e não I —, no breve período de seis dias em que acumulou a coroa de ambos os países. As funções do Poder Moderador, tanto na doutrina de Constant quanto na Constituição brasileira, guardam semelhanças com algumas das funções que hoje cabem às cortes supremas — no Brasil, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Trata-se de garantir que a atuação dos poderes, seja na formulação de leis, seja na administração pública ou no julgamento de casos, não se choque com as normas constitucionais.

Diego Viana. Experimentação constitucional fomentou criação de Poder Moderador. In: *Revista Pesquisa FAPESP*, ago./2022 (com adaptações).

Considerando os sentidos e a organização do texto CB3A1-I, julgue os itens a seguir.

- 1 Infere-se do texto que, na passagem do século XVIII para o XIX, países da Europa e novíssimas nações americanas se depararam com problemas e necessidades políticas que lhes demandaram, paralelamente, uma transição nas suas formas de governo.
- 2 Infere-se do texto que, no Brasil, o Poder Moderador, criado pela Constituição de 1824, tinha características que podem ser vinculadas à ideia do poeta romano Juvenal, citada no primeiro parágrafo.
- 3 Infere-se do texto que efetivar, na realidade, a separação entre os poderes do Estado é mais difícil que teorizar sobre esse tema.
- 4 Conclui-se da citação da historiadora no segundo parágrafo do texto que ela considera desejável que os poderes compartilhem atribuições.
- 5 Entende-se do texto que a tripartição dos poderes não era uma unanimidade no momento da elaboração dos textos constitucionais no início do século XIX.
- 6 De acordo com o texto, foi a Assembleia Nacional Constituinte de 1823 que provocou, no Brasil, um conflito entre poderes.

Em relação a aspectos linguísticos e à estruturação do texto CB3A1-I, julgue os itens subsequentes.

- 7 No final do último parágrafo, o trecho “não se choque” poderia ser substituído por **não seja chocada**, mantendo-se os sentidos originais do texto e sua correção gramatical.
- 8 O termo “crucial” (último período do quarto parágrafo) é empregado no texto como sinônimo de **decisivo, importante**.
- 9 A oração “marcando a transição do Antigo Regime ao constitucionalismo e do colonialismo à independência” (primeiro período do primeiro parágrafo) expressa uma oposição à informação apresentada na oração imediatamente anterior.
- 10 Predomina no texto a tipologia textual argumentativa.
- 11 Quanto ao gênero textual, é correto classificar o texto como uma resenha, visto que sua estrutura se fundamenta na análise de outros textos.
- 12 No início do terceiro parágrafo, o trecho “Alguém que acompanhasse” poderia ser substituído por **Caso se acompanhassem**, mantendo-se a correção gramatical do texto.
- 13 No início do quinto parágrafo, o vocábulo “Entretanto” introduz uma ideia de conclusão em relação ao que é expresso no parágrafo imediatamente antecedente.
- 14 No último período do quarto parágrafo, a forma verbal “continha” estabelece concordância com o mesmo referente da forma pronominal “ela” — “a primeira Constituição brasileira”.
- 15 No segundo período do quinto parágrafo, o vocábulo “que” retoma “Dom Pedro”.

Com base nas regras estabelecidas na Lei n.º 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

- 16 A instauração do processo administrativo que tenha por escopo o acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na lei em apreço.
- 17 Na aplicação de multa a pessoa punida pela referida lei, valor máximo da multa será de R\$ 60.000.000,00, quando for inviável a utilização do faturamento bruto dessa pessoa jurídica.
- 18 O prazo para defesa no processo administrativo instaurado com base na lei em questão será de trinta dias, contados da intimação.

Julgue os seguintes itens à luz da Lei n.º 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, e suas alterações.

- 19 As penalidades previstas na lei em apreço são aplicáveis ao particular que induzir culposamente a prática do ato de improbidade.
- 20 A perda patrimonial decorrente de atividade econômica, por si só, não é capaz de caracterizar ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário.
- 21 A conduta praticada com base em divergência interpretativa de lei, fundada em jurisprudência não pacificada, caracteriza ato de improbidade administrativa.

Acerca da organização, das atribuições e do Estatuto do Ministério Público da União (E-MPU) e da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, julgue os itens que se seguem.

- 22 Na hipótese de o chefe do Poder Executivo não efetivar a nomeação do procurador-geral de justiça no prazo legalmente estabelecido, será investido automaticamente no cargo para exercício do mandato o membro do Ministério Público mais antigo entre os que compuserem a lista tríplice.
- 23 O MPU, no exercício do controle externo da atividade policial por meio judicial ou extrajudicial, poderá ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade fim policial.
- 24 O Conselho Superior do Ministério Público Federal, presidido pelo procurador-geral da República, é integrado por todos os membros da carreira em atividade no Ministério Público Federal.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao Regimento Interno do CNMP.

- 25 Em regra, a Ouvidoria Nacional do CNMP não processará solicitações anônimas, mas poderá resguardar a identidade do solicitante quando houver fundada circunstância que justifique essa medida.
- 26 Os prazos em dias nos processos que tramitarem no CNMP serão computados em dias úteis.
- 27 No âmbito dos processos que tramitarem no CNMP, serão autuadas como notas técnicas as solicitações de manifestação do entendimento desse conselho em determinado assunto ou documento, seja para divulgação pública, seja para encaminhamento a órgão da administração.

Em relação ao orçamento da União, julgue os itens que se seguem.

- 28 O estado democrático de direito determina que a lei orçamentária deve abarcar todos os programas governamentais e que nenhum deles pode ser executado sem ter passado pelo rito tradicional de tramitação e aprovação da referida lei.
- 29 Atualmente, por força do orçamento impositivo, observadas as ressalvas da lei, o Poder Executivo é obrigado a executar a programação das emendas individuais dos parlamentares encartadas na peça orçamentária da União.

No que diz respeito ao processo orçamentário, julgue os itens a seguir.

- 30 O orçamento público é uma peça contábil que, depois de aprovada, é utilizada pelo governo para registrar as despesas e autorizar as receitas que serão utilizadas para pagar os gastos consignados.
- 31 O Poder Legislativo, ao votar o texto da lei orçamentária anual, pode revisar, incluir e até mesmo excluir as metas e os programas já planejados ou aprovados pelo Poder Executivo.
- 32 O prazo de vigência do orçamento público equivale a um exercício financeiro.

Julgue os itens subsequentes, no que se refere a ferramentas para edição de documentos, a comunicação e a navegação na Internet.

- 33** No MS Word, a opção Compartilhar permite enviar uma cópia do documento em edição para uma rede social à escolha do usuário.
- 34** Quando o Google Chrome é utilizado para navegação na Internet sem que esteja na opção de modo anônimo, os endereços dos *sites* visitados são armazenados no computador do usuário.
- 35** O MS PowerPoint é uma ferramenta que permite salvar uma apresentação no formato .pdf.
- 36** Caso se deseje anexar um arquivo de texto, vídeo ou imagem a uma mensagem de *email* criada no MS Outlook, pode-se buscar o arquivo nas unidades de armazenamento disponíveis no computador do usuário ou no OneDrive.
- 37** Programas de navegação na Internet oferecem a opção de salvar favoritos, em que as páginas visitadas ficam gravadas localmente na máquina do usuário para acesso futuro em modo *offline*.

Com relação a procedimentos de segurança no ambiente Windows, julgue os itens que se seguem.

- 38** O *firewall* é uma ferramenta de segurança que impede acessos indevidos por parte de *hackers* ao computador.
- 39** No Windows, a opção Criar Imagem do Sistema permite que seja criada uma cópia do estado atual do sistema operacional para futura recuperação de configurações ou de arquivos, em caso de perdas.
- 40** No OneDrive, um arquivo poderá ser aberto no modo *online* e, se necessário, ser editado em modo *offline*.

Acerca do Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e dos Poderes da República, julgue os itens a seguir à luz do disposto na Constituição Federal de 1988.

- 41** Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) processar e julgar, originariamente, as ações contra o CNMP.
- 42** O CNMP compõe-se de quatorze membros nomeados pelo procurador-geral da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- 43** Compete ao CNMP o controle do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros e de seus servidores administrativos.
- 44** Os membros do CNMP são processados e julgados, nos crimes de responsabilidade, pelo Senado Federal.
- 45** Compete ao presidente da República convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, bem como propor ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional nos casos previstos na norma constitucional.

Determinado órgão do Ministério Público da União (MPU) decidiu contratar empresa para a realização de serviço cujo valor total envolvido era de R\$ 45.000. Ticiano, servidor responsável pela execução do contrato, resolveu realizar a contratação direta, por entender que era cabível licitação dispensável no caso. Entretanto, Maria, chefe de Ticiano, determinou que a contratação fosse efetivada por inexigibilidade. Por sua vez, Ticiano informou que não iria cumprir a determinação superior por considerar a ordem ilegal.

Considerando a situação hipotética apresentada e a Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens seguintes, a respeito dos poderes e processos administrativos.

- 46** O MPU é órgão público integrante da administração pública indireta da estrutura descentralizada da União e, por isso, está abrangido pelas disposições da lei de licitações.
- 47** Assiste razão a Ticiano, uma vez que cabe contratação direta por licitação dispensável no caso.
- 48** Ao descumprir uma ordem advinda do seu superior, Ticiano afrontou o poder administrativo hierárquico.
- 49** Segundo a Lei n.º 9.784/1999, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.
- 50** De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, as ordens superiores, mesmo quando manifestamente ilegais, devem ser cumpridas.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A identificação da finalidade dos gastos e o resultado obtido da alocação dos recursos permitem maior controle governamental e social sobre a implantação das políticas públicas adotadas. A respeito do arcabouço procedural pertinente a esse assunto, julgue os itens a seguir.

- 51** Os elementos da despesa 41, 42, 43, 45 e 81 são conhecidos como gastos efetivos, pois provocam impacto direto na geração de riqueza no produto interno bruto (PIB) e, por conseguinte, integram o rol dos elementos de despesa com acompanhamento especial.
- 52** A classificação programática é composta por três níveis, sendo cada nível composto por quatro dígitos.
- 53** Os tipos de ação dividem-se em projeto, atividade e operação especial e são determinados pelo primeiro dos dígitos utilizados na identificação da ação.

Julgue os itens subsecutivos, referentes aos instrumentos de ajuste orçamentário de despesas fixadas na lei orçamentária.

- 54** O recurso pendente de uso das reservas com destino certo (atendimento de riscos de difícil previsibilidade) poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais, contudo, como o recurso fonte exige execução direta, não pode ser utilizado como fonte (haveres) dos créditos ordinários, já que estes estão desobrigados da destinação de uso certo.
- 55** Os créditos adicionais cuja abertura depende de decreto destinam-se a reforçar a dotação de despesas pendentes de execução no exercício financeiro, e aqueles abertos sem a observância de tal exigência podem ser utilizados como nova fonte de recursos para suportar despesas de exercícios financeiros subsequentes.
- 56** A diferença financeira positiva, decorrente do confronto entre as contas patrimoniais (operações orçamentárias ativas *versus* operações orçamentárias passivas), constitui nova fonte de recursos que, se incorporada como receita à lei orçamentária anual (LOA), poderá ser utilizada para liquidar despesas orçamentárias pendentes de implemento.

Em relação aos planos e programas de governo, julgue os itens que se seguem.

- 57** O plano orçamentário, utilizado para fins de gestão e tomada de decisão, permite acompanhar o resultado da execução física e financeira da ação orçamentária em nível mais detalhado do que o obtido na identificação da localização do gastos por meio do subtítulo/localizador de gasto.
- 58** Toda ação orçamentária que integra a LOA se desdobra em um plano orçamentário (PO), contudo alguns POs não aparecem na referida lei, integrando apenas os sistemas corporativos da União, tais quais o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).
- 59** A territorialização das metas físicas é expressa nos localizadores de gasto (subtítulos) preliminarmente definidos para a ação.

Acerca das funções fiscais ou clássicas do Estado, julgue os seguintes itens.

- 60** A assimetria de informação decorrente de comportamentos oportunistas dos agentes possuidores da informação provoca dois problemas principais: a seleção adversa, quando a assimetria deriva das ações dos agentes que distorcem o risco e pode ser amenizada com monitoramento e incentivos em busca de maior lisura nos mecanismos contratuais; e o perigo moral (*moral hazard*), quando a assimetria está no diferencial de risco entre os diversos agentes econômicos — uma parte sabe suas características privadas e a outra as desconhece ou não tem acesso a elas —, porém tal risco pode ser amenizado com melhorias da qualidade e do fluxo de informações.
- 61** O controle de preços é uma forma de controlar a inflação, por ser um dos elementos do tripé que sustenta a conhecida estabilidade econômica.
- 62** A transposição do rio São Francisco, a partir da sua finalização, passou a integrar o rol de bens e serviços públicos ofertados em complemento à ação do mercado, por conseguinte é correto afirmar que essa intervenção econômica do governo, por meio de ajustamento de alocação dos recursos, diz respeito à função alocativa orçamentária.

Quanto ao registro de ingressos e desembolsos de recursos públicos, julgue os próximos itens.

- 63** O simples fato de uma receita não constar formalmente da previsão de arrecadação estabelecida na LOA não basta para que ela seja considerada extraorçamentária.
- 64** Quando consignatário temporário dos ingressos de recursos, o Estado deverá devolvê-los ao consignante caso ele os reivindique, logo esses ingressos não podem integrar a LOA, sem prejuízo de todo o valor registrado como entrada ou saída contábil refletir no resultado financeiro da entidade.
- 65** A doutrina classifica a receita pública em originária e derivada, contudo tal classificação não é recepcionada pela legislação, o que impede o poder público de utilizá-la como classificador oficial da receita.

A respeito do exercício da atividade financeira do Estado, julgue os itens a seguir.

- 66** O Estado monopolista intervém no mercado diretamente, quando participa de empresas e estrutura cartéis com fundamento na exegese de combater o abuso econômico em prol do bem-estar da sociedade, e indiretamente, quando controla preços e estatiza empresas sob a alegação de garantir a livre competição e a promoção de justiça social, a fim de assegurar direitos e garantias individuais.
- 67** O Estado empresário busca reparar o fracasso do mercado e promover justiça social mediante distribuição de renda.
- 68** Liberalismo e igualitarismo têm concepções diametralmente opostas: o primeiro defende a individualidade como um valor em si; o segundo, a comunidade. Dessa forma, pode-se considerar que o Estado liberal é limitado e garantista e que o Estado igualitário é intervencionista e dirigista.

Julgue os seguintes itens, relativos às características básicas das organizações formais modernas e aos assuntos de organização administrativa.

- 69** As sociedades de economia mista e as empresas públicas de direito privado destinadas à prestação de serviços públicos ou execução de atividades econômicas são integrantes da administração indireta.
- 70** A amplitude administrativa ampla de uma organização é mais vantajosa que a estreita, porque naquela os custos administrativos são menores e é mais fácil gerir os empregados subordinados.
- 71** Nas organizações horizontalizadas, com poucos níveis administrativos, quando comparadas com organizações com muitos níveis administrativos, as oportunidades de promoção são mais raras, mas, em contrapartida, as decisões são mais rápidas e o processo de comunicação é mais fluido, com menos distorções.
- 72** A divisão de uma organização em três tipos de departamentos, tais como o masculino, o feminino e o infantil, constitui exemplo de departamentalização por produto ou serviço.
- 73** Ocorre desconcentração administrativa quando a administração pública direta realiza a distribuição das competências ou das atribuições internamente à sua estrutura existente.
- 74** As inovações tecnológicas mostram-se mais vantajosas em processos de descentralização administrativa que em processos de centralização, porque os controles podem ser descentralizados, mas é inviável descentralizar as decisões.

No que se refere à gestão de processos e à gestão de contratos, julgue os itens seguintes.

- 75** Caso o processo denominado elaborar relatórios seja estratégico para a realização dos objetivos de um órgão público, ele será classificado como processo de apoio.
- 76** A identificação, em um processo, de divergências quanto ao conteúdo apresentado e à referência proposta para fins de comparação retrata um problema de padrão.
- 77** Na gestão de processos, as organizações buscam uma visão compartimentada, ou seja, que possibilite visualizar a estrutura individualizada das unidades existentes.
- 78** É correta a cobrança do valor de R\$ 600 referente a multa decorrente de aplicação de responsabilização administrativa a um fornecedor pelo descumprimento contratual de contrato no valor global de R\$ 110.000.
- 79** Na ocorrência de aumento quantitativo em contrato formalizado por meio de licitação, a administração pública poderá alterá-lo de maneira unilateral, desde que obedeça aos limites previstos em lei.
- 80** Caso seja da administração pública a responsabilidade pela obtenção de licenciamento ambiental para realizar uma obra de engenharia, a solicitação pode ocorrer após a divulgação do edital de licitação, mas deve ser adquirida antes da formalização contratual.

Julgue os próximos itens, pertinentes a processos licitatórios.

- 81** Considerando a necessidade de pequenos reparos estéticos em um prédio público, a instituição responsável poderá realizar a contratação da mão de obra por tarefa, sendo, nesse caso, obrigada a fornecer os materiais necessários à execução da obra.
- 82** É inexigível a licitação para a contratação de serviço de restauração de obras de arte de um acervo público danificadas.
- 83** Em caso de contratação de obra com prazo total de duração de seis meses, com pagamento de parcelas mensais ao contratado, os critérios de medição e de pagamento deverão constar no termo de referência.
- 84** Para realizar laudos periciais, considerados serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, uma instituição pública deve realizar pregão eletrônico em razão da existência de diferentes fornecedores que executam esse tipo de atividade.
- 85** A existência de gravame ou ônus sobre um bem a ser leiloado, bem como os valores de avaliação e o preço mínimo para a sua alienação deverão constar no edital de divulgação do leilão.
- 86** É dispensável a licitação caso o valor contratual de execução de obras de engenharia em prédio público seja orçado em R\$ 115.000.

Acerca dos princípios e conceitos arquivísticos, julgue os itens a seguir.

- 87** O princípio da proveniência delimita o contexto dos documentos de um fundo de arquivo.
- 88** O fundo de arquivo é uma coleção de documentos naturalmente acumulada por uma instituição.
- 89** O método de classificação utilizado nos arquivos, diferentemente daquele usado nas bibliotecas, é específico para cada instituição.
- 90** Uma das características que distinguem os arquivos é o caráter orgânico que relaciona um documento aos outros do mesmo conjunto.
- 91** A razão pela qual são produzidos documentos de arquivo é cultural.

Julgue os seguintes itens à luz da legislação arquivística.

- 92** Incumbem ao Arquivo Nacional a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo federal.
- 93** Os documentos públicos, de acordo com a legislação, são identificados como impessoais, ordinários e ostensivos.
- 94** A violação do sigilo dos documentos garante o direito de indenização por dano material ou moral.
- 95** Os documentos de valor permanente, após sua digitalização, podem ser eliminados, pois o documento digital tem força de original.

A respeito da gestão de documentos, julgue os itens subsequentes.

- 96** As atividades de um serviço de protocolo ocorrem na fase de arquivo intermediário.
- 97** O valor primário define o tempo de permanência dos documentos nos arquivos corrente e intermediário.
- 98** A classificação de um documento de arquivo é feita a partir da função que esse documento tem.
- 99** A atividade de classificação é posterior à de avaliação dos documentos.
- 100** A ordenação de documentos estabelece o lugar que o documento ocupará dentro do agrupamento definido na atividade de classificação.
- 101** A tabela de temporalidade define o tempo de guarda nos arquivos corrente e intermediário e, em seguida, a indicação da necessidade, ou não, de digitalização do documento.

Julgue os itens a seguir, referentes a acondicionamento, armazenamento, preservação e conservação de documentos.

- 102** A limpeza, que é posterior à fumigação, é uma das principais operações de conservação de documentos.
- 103** O armazenamento deve favorecer a entrada de luz artificial nos depósitos de arquivo.

Acerca da gestão de estoques, julgue os itens a seguir.

- 104** O *cross-docking* exige altos níveis de estoque, por isso eleva os custos da armazenagem.
- 105** O tempo de elaborar e confirmar o pedido junto ao fornecedor não é considerado para o cálculo do tempo de reposição.
- 106** A informação acerca do peso líquido de cada item de consumo deve ser considerada no planejamento e no leiaute do almoxarifado.
- 107** Na colocação do material em prateleiras, os itens mais leves devem ser armazenados na parte superior das prateleiras.
- 108** A verificação quantitativa de embalagens padronizadas e em grandes quantidades, no ato do recebimento, pode ser realizada por meio de cálculos.
- 109** Materiais não produtivos são aqueles utilizados pela produção para efetuar a operação, agregando valor ao custo do produto final de forma indireta.
- 110** A incorporação do material recebido e conferido aos estoques do almoxarifado tem impacto contábil.

No que diz respeito à gestão patrimonial, julgue os itens seguintes.

- 111** O código 200.110.003.120 é exemplo de sistema decimal de codificação para controle de bens patrimoniais.
- 112** O sistema de depreciação aceito pela Receita Federal do Brasil é o linear.
- 113** A cessão de bens materiais consiste na transferência do direito de propriedade do material, mediante venda, permuta ou doação, enquanto a alienação corresponde à movimentação de material do acervo, com transferência de posse, gratuita, e troca de responsabilidade de um órgão para outro.
- 114** Além do inventário anual físico dos bens, é obrigatória a execução do inventário contábil anualmente.
- 115** O inventário eventual é aquele realizado quando da extinção ou transformação da unidade gestora.

A respeito das modalidades de compra, do cadastro de fornecedores e do edital de licitação, julgue os seguintes itens.

- 116** A definição do catálogo de insumos determina o encerramento de compras provisórias ou únicas.
- 117** Eventuais modificações no edital de licitação implicam nova divulgação do edital na mesma forma de sua divulgação inicial.
- 118** Apenas compras emergenciais podem prescindir de cotações prévias.
- 119** O cadastro de fornecedores ativos refere-se àqueles que se encontram disponíveis no mercado e podem ser acionados em futuro próximo.
- 120** A avaliação dos fornecedores é necessária para que se mantenha um cadastro de fontes de suprimentos que tenham razoável qualificação e atendam aos requisitos da empresa compradora.

Espaço livre